



Elementos de discusión y debate

Con la solicitud de "elementos de discusión y debate" se pretende ir más allá de la mera formalidad de la evaluación y hacer de esta actividad un acto académico de más peso. Así, si el/la evaluador/a lo considera, le solicitamos que introduzca elementos de discusión que permitan prolongar el debate, que sirvan para puntear una lectura crítica de los textos que publicamos y ayudar a su discusión.

A tarefa de pensar a dor e o sofrimento em diferentes contextos de violência tem alimentado um importante debate contemporâneo, sempre inacabado e retroalimentado por novas questões. Essa problemática envolve interrogações que têm abordado as lutas políticas em torno dos sentidos dos acontecimentos, as confrontações entre diferentes memórias e atores políticos. Essa discussão engloba diferentes aspectos e temáticas que incluem práticas políticas das vítimas, a linguagem do testemunho, morte violenta/luto/experiência traumática, políticas de reparação e justiça, comunidades morais e emocionais, formas de mobilização/redes de solidariedade e construção de denúncias públicas, o lugar dos "especialistas" na produção da verdade e das justificações públicas dos atores, lugar de fala e protagonismo das vítimas, etc.

Do ponto de vista empírico, há uma multiplicidade de situações que têm como denominador comum o fato de serem considerados "eventos críticos" (Veena Das) que rompem rotinas, desestabilizam vidas, provocam mortes e adoecimentos, remetendo a discussões sobre as formas e as condições de existência da vida humana, entre natureza e cultura, entre humanização e desumanização, entre humanização e animalização. Situações também capazes de criar "comunidades morais e políticas" capazes de interpelar o Estado a seu favor: conflitos de guerra, violência política, violência policial, violência criminal, desastres naturais, imigrantes e refugiados, terrorismo, remoções e deslocamentos de populações em decorrência de conflitos armados ou políticas estatais, experiência carcerária, entre tantas outras. Em todas essas situações, o tempo aparece como um agente capaz de transformar as emoções, os sentimentos e o significado político dos acontecimentos.

A perspectiva etnográfica tem sido uma excelente porta de entrada para a análise dos conflitos, pela interação dialógica entre observador e observado, pelo foco abrangente entre a interação e a totalidade na qual se inscreve o "objeto" de reflexão. Se a interação e a interlocução constitutiva do trabalho antropológico e da produção do conhecimento sempre foram marcadas pela tensão, que passa por diferenças culturais e assimetrias de poder; nesse



universo particular dos “eventos críticos” e “experiências limite”, atravessadas pelos jogos de poder e pelas disputas pela fala, as questões éticas ganham lugar de destaque ainda maior. As inserções e circulações do pesquisador estão sujeitas a questionamentos, problematizações, críticas e negativas, que podem inclusive inviabilizar o trabalho de campo. Se, por um lado, pode haver situações em que o pesquisador/antropólogo pode ser tratado e absorvido como um parceiro, um colaborador, alguém que pode contribuir e agir em favor do grupo pesquisado, por outro lado, há também situações onde ele pode ver seu trabalho contestado sob o argumento de que ele (o/a pesquisador/a) ocupa um lugar de fala privilegiado em detrimento da fala das vítimas. Nesse sentido, caberia perguntar: pode o texto antropológico ser uma linguagem capaz de compartilhar a existência da dor e de uma linguagem da dor? Que usos, apropriações e circulações das práticas e saberes antropológicos podem ocorrer no contexto do trabalho etnográfico?

Complementarmente, a junção da análise das formas de fazer Estado, das práticas administrativas e da política das emoções, tem sido uma das perspectivas analíticas contemporâneas mais frutíferas e promissoras no âmbito das Ciências Sociais em geral, e da Antropologia em particular. Como o Estado age frente às demandas pelo reconhecimento de direitos de grupos afetados pela violência? Como o Estado nomeia e produz significado para suas próprias práticas políticas e para a ação política dos atores que lhe dirigem queixas, reivindicações, pedidos de reparação e justiça? Como o “fazer Estado” inclui disputas internas entre vários setores e agentes do próprio Estado, não sendo o Estado um ente abstrato e monolítico? É possível sair da violência sem fazer justiça? Quais as alternativas políticas de saída da violência, quando o Estado se nega a fazer justiça e as vítimas se consideram injustiçadas? Que lugar o perdão político e a desculpa pública ocupam enquanto resposta à violência do Estado? Que obstáculos e impossibilidades podem, porventura, inviabilizar uma ação coletiva ou uma denúncia pública, de modo que o sofrimento é experimentado de maneira privada e silenciada, não conseguindo os atores acessar a esfera pública?